

# EMENTÁRIO DE NORMAS

## Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar



Este ementário apresenta os normativos organizados em ordem por espécie documental e, na sequência, por ano de edição. Além das ementas e informações básicas sobre cada normativo, as normas estão relacionadas por pertinência temática e apresentam um link de acesso rápido ao conteúdo de cada ato de forma a facilitar e agilizar a pesquisa dos usuários e interessados. Para o acesso às normas consolidadas, direcionamos a consulta à Coletânea de Normas dos Fundos de Pensão, disponível na página da legislação da Previdência Complementar.

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Constituição Federal	1988	Constituição Federal	Previdência Social – Previdência Complementar Arts. 21, VIII; 22, XIII; 24, XII; 30, II; 40 caput, §14, §15 e § 16; 202 caput e seus parágrafos.	Legislação Basilar – Previdência Social	<a href="#">Clique aqui.</a>
Constituição Federal	1998	Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998	Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.	Previdência Social	<a href="#">Clique aqui.</a>
Constituição Federal	2019	Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019	Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitória.	Previdência Social	<a href="#">Clique aqui.</a>
Lei Complementar	2001	Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001	Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.	Previdência Complementar	<a href="#">Clique aqui.</a>
Lei Complementar	2001	Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001	Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.	Previdência Complementar	<a href="#">Clique aqui.</a>
Lei Ordinária	1974	Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974	Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de instituições financeiras, e dá outras providências.	Regimes Especiais	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Lei Ordinária	1999	Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999	Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	Processo Administrativo	<a href="#">Clique aqui.</a>
Lei Ordinária	2004	Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004	Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.	Tributação dos planos de benefícios previdenciários	<a href="#">Clique aqui.</a>
Lei Ordinária	2005	Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005	Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera, entre outras, a Lei nº 11.053, de 2004 e dá outras providências.	Tributação dos planos de benefícios previdenciários	<a href="#">Clique aqui.</a>
Lei Ordinária	2009	Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009	Cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Lei Ordinária	2012	Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012	Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.	Previdência Complementar dos servidores públicos federais	<a href="#">Clique aqui.</a>
Decreto	2003	Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003	Regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas entidades fechadas de previdência complementar, de que trata o art. 66 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, a aplicação das penalidades administrativas, e dá outras providências.	Processo Administrativo Sancionatório	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Decreto	2010	Decreto nº 7.123, de 03 de março de 2010	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e sobre a Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC, e dá outras providências.	Órgãos Colegiados	<a href="#">Clique aqui.</a>
Decreto	2012	Decreto nº 7.808, de 20 de setembro de 2012	Cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe, dispõe sobre sua vinculação no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.	Previdência Complementar dos servidores públicos federais	<a href="#">Clique aqui.</a>
Decreto	2017	Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Decreto	2017	Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.	Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Decreto	2020	Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020	Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.	Educação Financeira e Previdenciária	<a href="#">Clique aqui.</a>
Decreto	2020	Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020	Regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.	Regulação	<a href="#">Clique aqui.</a>
Decreto	2020	Decreto nº 10.465, de 18 de agosto de 2020	Institui o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	1996	Resolução CGPC nº 17, de 11 de junho de 1996	Dispõe sobre o parcelamento de dívida das patrocinadoras junto às suas respectivas entidades fechadas de previdência privada e dá outras providências.	Atuária	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2002	Resolução CGPC nº 12, de 17 de setembro de 2002	Regulamenta a constituição e funcionamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e planos de benefícios constituídos por Instituidor.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2003	Resolução CGPC nº 03, de 22 de maio de 2003	Altera os artigos 3º e 10 da Resolução MPAS/CGPC Nº 12, de 17 de setembro de 2002.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2003	Resolução CGPC nº 04, de 26 de junho de 2003	Dispõe sobre o impedimento previsto no artigo 23 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, e dá outras providências.	Governança	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2003	Resolução CGPC nº 06, de 30 de outubro de 2003	Dispõe sobre os institutos do benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio em planos de entidade fechada de previdência complementar.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Resolução	2004	Resolução CGPC nº 08, de 19 de fevereiro de 2004	Dispõe sobre normas procedimentais para a formalização de processos de estatutos, regulamentos de plano de benefícios, convênios de adesão e suas alterações.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2004	Resolução CGPC nº 11, de 27 de maio de 2004	Altera os arts. 6º e 7º da Resolução CGPC nº 12, de 17 de setembro de 2002, que regulamenta a constituição e funcionamento das entidades fechadas de previdência complementar e planos de benefícios constituídos por Instituidor, e dá outras providências.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2004	Resolução CGPC nº 12, de 27 de maio de 2004	Dispõe sobre a transferência de empregados, participantes de plano de benefícios de entidade fechada de previdência complementar, para outra empresa do mesmo grupo econômico e dá outras providências.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2004	Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004	Estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.	Governança	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2004	Resolução CGPC nº 14, de 1º de outubro de 2004	Cria o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - CNPB, dispõe sobre plano de benefícios e dá outras providências.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2005	Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005	Normatiza os planos de benefícios de caráter previdenciário nas modalidades de benefício definido, contribuição definida e contribuição variável, e dá outras providências.	Planos de Benefícios	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Resolução	2006	Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006	Altera a Resolução CGPC nº 6, de 30 de outubro de 2003, que dispõe sobre os institutos do benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio em planos de entidade fechada de previdência complementar, e dá outras providências.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2006	Resolução CGPC nº 20, de 25 de setembro de 2006	Altera o art. 10 da Resolução CGPC nº 12, de 17 de setembro de 2002, que regulamenta a constituição e funcionamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e planos de benefícios constituídos por Instituidor.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2007	Resolução CGPC nº 24, de 26 de fevereiro de 2007	Estabelece parâmetros para a remuneração dos administradores especiais, interventores e liquidantes nomeados pela Secretaria de Previdência Complementar, e dá outras providências	Regimes Especiais	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2008	Resolução CGPC nº 27, de 29 de setembro de 2008	Altera a Resolução nº 08, de 19 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre normas procedimentais para a formalização de processos de estatutos, regulamentos de plano de benefícios, convênios de adesão e suas alterações.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2009	Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009	Dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Resolução	2011	Resolução CNPC nº 05, de 18 de abril de 2011	Altera a Resolução CGPC Nº 8, de 19 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre normas procedimentais para a formalização de processos de estatutos, regulamentos de plano de benefícios, convênios de adesão e suas alterações, e a Resolução CGPC Nº 24, de 26 de fevereiro de 2007, que estabelece parâmetros para a remuneração dos administradores especiais, interventores e liquidantes nomeados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e dá outras providências.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2011	Resolução CNPC nº 06, de 15 de agosto de 2011	Altera a Resolução CGPC nº 8, de 19 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre normas procedimentais para a formalização de processos de estatutos, regulamentos de plano de benefícios, convênios de adesão e suas alterações.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2011	Resolução CNPC nº 07, de 12 de setembro de 2011	Revoga a Resolução CGPC nº 01, de 20 de dezembro de 2000.	Revogatória	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2013	Resolução CNPC nº 11, de 13 de maio de 2013	Dispõe sobre retirada de patrocínio no âmbito do regime de previdência complementar operado pelas entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2015	Resolução CNPC nº 17, de 30 de março de 2015	Dispõe sobre a contratação de seguro para planos de benefícios operados pelas entidades fechadas de previdência complementar.	Seguros	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2015	Resolução CNPC nº 18, de 30 de março de 2015	Altera a Resolução CGPC nº 12, de 17 de setembro de 2002.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Resolução	2015	Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015	Dispõe sobre os processos de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2015	Resolução CNPC nº 21 de 18 de junho de 2015	Altera o art. 5º da Resolução nº 19, de 30 de março de 2015, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, e dá outras providências.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2015	Resolução CNPC nº 23 de 25 de novembro de 2015	Altera a Resolução CGPC nº 6, de 30 de outubro de 2003, estabelecendo regras de aplicação exclusiva aos planos de benefícios instituídos por instituidor.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2017	Resolução CNPC nº 24, de 24 de novembro de 2016	Dispõe sobre submassas nos planos de benefícios operados pelas entidades fechadas de previdência complementar.	Atuária	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2017	Resolução CNPC nº 25, de 13 de setembro de 2017	Dispõe sobre as operações de transferências de gerenciamento de planos de benefícios entre entidades fechadas de previdência complementar.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2017	Resolução CNPC nº 26, de 13 de setembro de 2017	Dispõe sobre a adoção de transações remotas pelas entidades fechadas de previdência complementar.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2017	Resolução CNPC nº 27, de 06 de dezembro de 2017	Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2018	Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018	Dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Resolução	2018	Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018	Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios, e dá outras providências.	Atuária	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2018	Resolução CNPC nº 31, de 11 de dezembro de 2018	Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC para a independência patrimonial dos planos de benefícios de caráter previdenciário, operacionalizada por meio de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2019	Resolução CNPC nº 32, de 04 de dezembro de 2019	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram.	Prestação de Informações	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2019	Resolução CNPC nº 33, de 04 de dezembro de 2019	Altera a Resolução MPS/ CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, que dispõe sobre os processos de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Resolução	2019	Resolução CNPc nº 34, de 04 de dezembro de 2019	Altera a Resolução CGPC nº 08, de 19 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre normas procedimentais para a formalização de processos de estatutos, regulamentos de plano de benefícios, convênios de adesão e suas alterações.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2020	Resolução CNPc nº 35, de 20 de dezembro de 2019	Dispõe sobre entidades fechadas de previdência complementar e planos de benefícios sujeitos à Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, e dá outras providências.	Governança	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2020	Resolução CNPc nº 36, de 24 de abril de 2020	Dispõe sobre a prorrogação do prazo de entrega das obrigações das EFPC relativas ao envio de documentos e informações previstos nas Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar, em função da decretação de estado de calamidade pública.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2020	Resolução CNPc nº 37, de 13 de março de 2020	Altera a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2020	Resolução CNPc nº 38, de 29 de julho de 2020	Revoga atos normativos do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e do antigo Conselho de Gestão da Previdência Complementar.	Revogações	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2018	Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018	Dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.	Investimentos	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Resolução	2018	Resolução MP/CGPAR nº 25, de 06 de dezembro de 2018	Estabelece diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais quanto ao patrocínio de planos de benefícios de previdência complementar.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>
Resolução	2020	Resolução CNSP nº 385, de 09 de junho de 2020	Dispõe sobre as coberturas passíveis de serem oferecidas a entidades fechadas de previdência complementar por sociedades seguradoras.	Seguros	<a href="#">Clique aqui.</a>
Recomendação	2008	Recomendação CGPC nº 01, de 28 de abril de 2008	Dispõe sobre as ações de educação previdenciária no âmbito do regime de previdência complementar e dá outras providências.	Educação Previdenciária	<a href="#">Clique aqui.</a>
Recomendação	2009	Recomendação CGPC nº 02, de 27 de abril de 2009	Dispõe sobre a adoção da Supervisão Baseada em Risco (SBR) no âmbito da Secretaria de Previdência Complementar em relação à supervisão das entidades fechadas de previdência complementar e dos planos de benefícios por elas administrados, e dá outras providências.	Monitoramento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Recomendação	2015	Recomendação CNPC nº 01, de 18 de novembro de 2015	Dispõe sobre a recomendação de adoção de critérios de investimento socialmente responsável que contribuam à promoção do trabalho decente.	Investimentos	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Ministerial	2003	Instrução SPC nº 5, de 9 de dezembro de 2003	Estabelece instruções complementares a serem adotadas pelas entidades fechadas de previdência complementar na execução do disposto na Resolução CGPC nº 6, de 30 de outubro de 2003, que dispõe sobre os institutos do benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio, e dá outras providências.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Instrução Ministerial	2004	Instrução spc nº 2, de 23 de abril de 2004	Define o modelo de auto de infração a que se refere o art. 8º do Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003 e dá outras providências.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Ministerial	2004	Instrução spc nº 4, de 5 de novembro de 2004	Estabelece procedimentos acerca do Cadastro nacional de Planos de Benefícios das entidades fechadas de previdência complementar - CNPB e dá providências.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Ministerial	2006	Instrução spc nº 9, de 17 de janeiro de 2006	Estabelece instruções complementares à Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, que normatiza os planos de benefícios de caráter previdenciário nas modalidades de benefício definido, contribuição definida e contribuição variável, altera a Instrução Normativa nº 4, de 5 de novembro de 2004, que estabelece procedimentos acerca do Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - CNPB, e dá outras providências.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Instrução Ministerial	2006	Instrução SPC nº 13, de 11 de maio de 2006	Disciplina os procedimentos para o encaminhamento de expedientes à Secretaria de Previdência Complementar, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, do Decreto nº 5.755, de 13 abril de 2006 e da Resolução CGPC nº 08, de 19 de fevereiro de 2004.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Ministerial	2007	Instrução SPC nº 16, de 23 de março de 2007	Dispõe acerca da classificação de que trata o art. 3º da Resolução CGPC nº 24, de 26 de fevereiro de 2007, e estabelece limites para a indenização das despesas referentes à hospedagem, alimentação e deslocamento de administradores especiais, interventores e liquidantes nomeados pela Secretaria de Previdência Complementar, bem como limites para a remuneração e indenização das despesas de seus assistentes ou assessores.	Regimes Especiais	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Ministerial	2007	Instrução SPC nº 17, de 18 de abril de 2007	Cria o Relatório Mensal de Informações do administrador especial, interventor ou liquidante, fixa o prazo para o seu encaminhamento à Secretaria de Previdência Complementar e dá outras providências.	Regimes Especiais	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Instrução Ministerial	2008	Instrução SPC nº 24, de 05 de junho de 2008	Dispõe sobre normas procedimentais para envio de dados estatísticos de população e de benefícios.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Ministerial	2009	Instrução SPC nº 29, de 19 de março de 2009	Altera a Instrução SPC nº 16, de 23 de março de 2007, e dá outras providências.	Regimes Especiais	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Ministerial	2009	Instrução SPC nº 33, de 15 de setembro de 2009	Disciplina a forma de recolhimento, atualização e levantamento da multa e do depósito antecipado, e dá outras providências.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Ministerial	2009	Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009	Estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá outras providências.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2010	Instrução PREVIC nº 03, de 29 de junho de 2010	Dispõe sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no âmbito do regime de previdência complementar operado por entidades fechadas de previdência complementar.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2010	Instrução PREVIC nº 05, de 10 de agosto de 2010	Institui a súmula vinculante administrativa no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc (Súmula Previc).	Jurídico	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2010	Instrução PREVIC nº 06, de 08 de setembro de 2010	Disciplina a realização de consultas e audiências públicas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.	Consulta	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Instrução Previc	2010	Instrução PREVIC nº 08, de 14 de dezembro de 2010	Dispõe sobre os procedimentos de lançamento de crédito decorrentes da inadimplência, total ou parcial, do recolhimento da TAFIC.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2011	Instrução PREVIC nº 01, de 22 de março de 2011	Dispõe sobre a prorrogação, em caráter excepcional, do prazo para envio das Demonstrações Contábeis, pareceres e manifestação referentes ao exercício de 2010, altera o prazo para o envio dos balancetes consolidados e a periodicidade de envio de Demonstrativo de Investimento.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2011	Instrução PREVIC nº 02, de 20 de julho de 2011	Altera a Instrução SPC nº 16, de 23 de março de 2007.	Regimes Especiais	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2011	Instrução PREVIC nº 05, de 08 de setembro de 2011	Altera a Instrução MPS/ SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2012	Instrução PREVIC nº 02, de 1º de junho de 2012	Estabelece normas relativas à retificação de dados da Guia de Recolhimento da União - GRU, à restituição e à compensação de créditos tributários e não-tributários devidos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2012	Instrução PREVIC nº 03, de 10 de outubro de 2012	Dispõe sobre procedimentos relativos ao recolhimento da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2013	Instrução previc nº 6, de 13 de novembro de 2013	Altera a Instrução MPS/ SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009 e a Instrução Previc nº 01, de 12 de abril de 2013.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Instrução Previc	2014	Instrução PREVIC nº 13, de 12 de novembro de 2014	Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos, e dá outras providências.	Prestação de Informações	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2014	Instrução PREVIC nº 15, de 12 de novembro de 2014	Altera a Instrução MPS/ SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2014	Instrução PREVIC nº 18, de 24 de dezembro de 2014	Estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar em observância ao disposto no art. 9º da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, bem como no acompanhamento das operações realizadas por pessoas politicamente expostas e dá outras providências.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2015	Instrução PREVIC nº 20, de 20 de março de 2015	Classifica as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) em perfis, para fins de supervisão no âmbito da PREVIC.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2015	Instrução PREVIC nº 21, de 23 de março de 2015	Altera a Instrução MPS/ SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2015	Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015	Altera a Instrução MPS/ SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Instrução Previc	2017	Instrução PREVIC nº 05, de 29 de maio de 2017	Dispõe sobre o enquadramento das entidades fechadas de previdência complementar como Entidades Sistemicamente Importantes (ESI) e dá outras providências.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2017	Instrução PREVIC nº 07, de 29 de maio de 2017	Dispõe sobre a Supervisão Permanente no âmbito das Entidades Sistemicamente Importantes.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2017	Instrução PREVIC nº 10, de 27 de setembro de 2017	Define as obrigações das EFPC relativas ao envio de documentos e informações atuariais à Precvic.	Prestação de Informações	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2017	Instrução PREVIC nº 12, de 13 de outubro de 2017	Altera a Instrução Precvic nº 10, de 27 de setembro de 2017.	Prestação de Informações	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2017	Instrução PREVIC nº 15, de 08 dezembro de 2017	Dispõe sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do Regime de Previdência Complementar operado por Entidades Fechadas de Previdência Complementar.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2018	Instrução PREVIC nº 03, de 24 de agosto de 2018	Dispõe sobre o Comitê de Auditoria, sobre as informações a serem apresentadas nos relatórios do auditor independente, de que trata a Resolução CNPC nº 27, de 06 dezembro de 2017, e dá outras providências.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2018	Instrução previc nº 04, de 24 de agosto de 2018	Dispõe sobre as consultas para elucidação de dúvidas relativas à interpretação da legislação do regime de previdência complementar fechada.	Prestação de Informações	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Instrução Previc	2018	Instrução PREVIC nº 06, de 14 de novembro de 2018	Dispõe sobre a operacionalização de procedimentos previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional que trata das diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.	Investimentos	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2018	Instrução PREVIC nº 7, de 14 de novembro de 2018	Dispõe sobre as regras para contratação de seguros para cobertura de riscos pelas entidades fechadas de previdência complementar.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2018	Instrução PREVIC nº 8, de 14 de novembro de 2018	Altera a Instrução Previc nº 10, de 27 de setembro de 2017.	Prestação de Informação	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2018	Instrução previc nº 09, de 21 de novembro de 2018	Dispõe sobre o licenciamento e funcionamento de planos de benefícios instituídos.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2018	Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018	Regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit, de que trata a Resolução CNPC nº 30,	Atuária	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2018	Instrução PREVIC nº 11, de 3 de dezembro de 2018	Altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e dá outras providências.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Instrução Previc	2019	Instrução PREVIC nº 12, de 21 de janeiro de 2019	Dispõe sobre os procedimentos para as entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) para seleção e monitoramento de prestadores de serviço de administração de carteiras de valores mobiliário e de fundo de investimento, e dá outras providências.	Investimentos	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2019	Instrução PREVIC nº 13, de 28 de junho de 2019	Estabelece procedimentos para certificação e habilitação de dirigentes das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2019	Instrução PREVIC nº 15, de 27 de agosto de 2019	Altera os anexos da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2019	Instrução PREVIC nº 16, de 27 de agosto de 2019	Altera a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e a Instrução Previc nº 6, de 14 de novembro de 2018, e dá outras providências.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2019	Instrução PREVIC nº 17, de 13 de setembro de 2019	Cria a Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem - CMCA da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc em substituição à Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem para atender ao disposto nas Leis nº 13.129, de 26 de maio de 2015 e nº 13.140, de 26 de junho de 2015, e aprova o seu regulamento.	Jurídico	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2019	Instrução PREVIC nº 18, de 18 de novembro de 2019	Altera anexos da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Instrução Previc	2019	Instrução PREVIC nº 19, de 11 de dezembro de 2019	Altera a Instrução Previc nº 03, de 29 de junho de 2010.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2019	Instrução PREVIC nº 20, de 16 de dezembro de 2019	Dispõe sobre as Demonstrações Atuariais e os elementos mínimos que devem constar na Nota Técnica Atuarial dos planos de benefícios de caráter previdenciário administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.	Atuária	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2020	Instrução PREVIC nº 24, de 13 de abril de 2020	Estabelece procedimentos e define prazos para análise de requerimentos no âmbito da competência regimental da Diretoria de Licenciamento - Dilic e dá outras providencias.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2020	Instrução PREVIC nº 25, de 22 de abril de 2020	Estabelece procedimentos para a execução pelas entidades fechadas de previdência complementar das medidas determinadas pela Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019, que dispõe sobre o cumprimento das sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais, de pessoas jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2020	Instrução PREVIC nº 27, de 11 de maio de 2020	Revoga atos normativos da Superintendência Nacional de Previdência Complementar e da antiga Secretaria de Previdência Complementar.	Revogações	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Instrução Previc	2020	Instrução PREVIC nº 28, de 19 de maio de 2020	Prorrogar o prazo para apresentação e obtenção de certificado emitido por instituição autônoma certificadora no período de vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2020	Instrução PREVIC nº 29, de 21 de julho de 2020	Estabelece procedimentos para o reconhecimento de instituição autônoma certificadora e respectivos certificados.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2020	Instrução PREVIC nº 30, de 19 de agosto de 2020	Dispõe sobre normas procedimentais para acesso aos sistemas de informação gerenciados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.	Prestação de Informações	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2020	Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020	Estabelece normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis. E seus anexos.	Contabilidade	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Previc	2020	Instrução PREVIC nº 32, de 03 de setembro de 2020	Altera a instrução Previc nº 9, de 21 de novembro de 2018, que dispõe sobre o licenciamento e funcionamento de planos de benefícios instituídos.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Ministerial	2007	Portaria SPC nº 1.112, de 18 de maio de 2007	Estabelece remunerações determinadas pela Resolução MPS/CGPC nº 24, de 26 de fevereiro de 2007.	Regimes Especiais	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Ministerial	2008	Portaria MPS nº 418, de 18 de dezembro de 2008	Aprova o Programa de Educação Previdenciária - EDUCOM, da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social - MPS.	Educação Previdenciária	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Portaria Ministerial	2010	Portaria MPS nº 117, de 15 de março de 2010	Define sistemática de indicação e escolha dos representantes dos patrocinadores e instituidores de planos de benefícios das EFPC junto ao Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e à Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC.	Órgãos Colegiados	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Ministerial	2011	Portaria MPS nº 132, de 14 de março de 2011	Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Previdência Complementar.	Órgãos Colegiados	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Ministerial	2011	Portaria MPS nº 282, de 31 de maio de 2011	Aprova o Regimento Interno da Câmara de Recursos da Previdência Complementar - CRPC.	Órgãos Colegiados	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Ministerial	2017	Portaria MF nº 529, de 08 de dezembro de 2017	Aprova o Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar Previc.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Ministerial	2018	Portaria MF/ SPREV nº 19, de 15 de maio de 2018	Estabelece prazo e critérios para indicação de candidatos à vaga de titular ou de suplente no Conselho Nacional de Previdência Complementar.	Órgãos Colegiados	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Ministerial	2018	Portaria MF/ SPREV nº 20, de 17 de maio de 2018	Estabelece prazo e critérios para indicação de candidatos às vagas de titular ou de suplente na Câmara de Recursos da Previdência Complementar.	Órgãos Colegiados	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Ministerial	2018	Portaria MF nº 359, de 26 de julho de 2018	Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Previdência.	Previdência Social	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Previc	2012	Portaria PREVIC nº 71, de 13 de fevereiro de 2012	Dispõe sobre as Competências da Diretoria de Fiscalização - DIFIS e Competências da Diretoria de Administração - DIRAD.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Portaria Previc	2017	Portaria PREVIC nº 134, de 13 de fevereiro de 2017	Dispõe sobre a publicidade das informações e o procedimento de acesso aos atos e documentos relativos à atuação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.	Prestação de Informações	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Previc	2017	Portaria PREVIC nº 1.001, de 19 de outubro de 2017	Dispõe sobre a retomada do envio dos dados estatísticos de população e de benefícios de que trata a Instrução SPC nº 24, de 5 de junho de 2008.	Prestação de Informações	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Previc	2019	Portaria PREVIC nº 86, de 1º de fevereiro de 2019	Dispõe sobre a forma e prazo de envio das informações para apuração da duração do passivo e do ajuste de precificação referidos na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, bem como referidos na Instrução Previc/DC nº 10, de 30 de novembro de 2018, relativamente aos resultados referentes ao exercício anterior e à avaliação atuarial decorrente de fato relevante.	Monitoramento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Previc	2019	Portaria PREVIC nº 727, de 14 de agosto de 2019	Dispõe sobre a operacionalização do envio à Previc de informações de investimento das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC).	Monitoramento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Previc	2019	Portaria PREVIC nº 901, de 15 de outubro de 2019	Cria o Comitê de Análise de lavratura de Auto de Infração e instauração de Inquérito Administrativo - COPAI, no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e dispõe sobre o seu funcionamento.	Processo Administrativo Sancionatório	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Portaria Previc	2019	Portaria PREVIC nº 1.081, de 12 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a atualização dos valores das penalidades administrativas de multa pecuniária.	Processo Administrativo Sancionatório	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Previc	2019	Portaria PREVIC nº 1.106, de 23 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a operacionalização do envio à Previc de informações atuariais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.	Monitoramento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Previc	2019	Portaria PREVIC nº 1.107, de 23 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a recriação, devido ao Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, do Comitê Estratégico de Supervisão (COES), no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).	Monitoramento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Previc	2020	Portaria PREVIC nº 292, de 8 de abril de 2020	Divulga a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, para o exercício de 2020, de que trata a Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018.	Monitoramento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Previc	2020	Portaria PREVIC nº 324, de 27 de abril de 2020	Estabelece procedimentos e documentos necessários para instruir os requerimentos de processos de licenciamento.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Previc	2020	Portaria PREVIC nº 337, de 29 de abril de 2020	Altera o Anexo I da Portaria nº 292 de 08 de abril de 2020, que divulga a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média, para o exercício de 2020, de que trata a Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018.	Monitoramento	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria Previc	2020	Portaria PREVIC nº 453, de 29 de junho de 2020	Divulga a relação das entidades fechadas de previdência complementar enquadradas como Entidades Sistemicamente Importantes para o exercício de 2020.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Portaria Previc	2020	Portaria PREVIC nº 587, de 21 de agosto de 2020	Dispõe sobre o envio de requerimentos sujeitos à análise pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar por meio do Sistema Eletrônico de Informações.	Prestação de Informações	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Conjunta -Normas Correlatas	2005	Instrução Conjunta SRF/SPC/SUSEP nº 524, de 11 de março de 2005	Regulamenta o prazo de acumulação de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004.	Tributação dos planos de benefícios previdenciários	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Conjunta -Normas Correlatas	2008	Instrução Conjunta SPC/ANS nº 01, de 18 de dezembro de 2008	Estabelece critérios para a execução das atribuições legais da Secretaria de Previdência Complementar - SPC e da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS relacionadas às operações de planos privados de assistência à saúde realizadas pelas entidades fechadas de previdência complementar.	Fiscalização	<a href="#">Clique aqui.</a>
Instrução Conjunta -Normas Correlatas	2014	Instrução Conjunta SUSEP/PREVIC nº 01 de 14 de novembro de 2014	Dispõe sobre as regras de portabilidade de recursos de planos de benefícios de Entidades Abertas para planos de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e vice-versa, e dá outras providências.	Licenciamento	<a href="#">Clique aqui.</a>

ESPÉCIE NORMATIVA	ANO	Nº ATO NORMATIVO	EMENTA	TEMA	LINK
Instrução Normativa - Normas Correlatas	2013	Instrução Normativa RFB nº 1.343, de 5 de abril de 2013	Dispõe sobre o tratamento tributário relativo à apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) aplicável aos valores pagos ou creditados por entidade de previdência complementar a título de complementação de aposentadoria, resgate e rateio de patrimônio, correspondente às contribuições efetuadas, exclusivamente pelo beneficiário, no período de 1º de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995.	Tributação dos planos de benefícios previdenciários	<a href="#">Clique aqui.</a>
Decisão Conjunta - Normas Correlatas	2010	Decisão Conjunta PREVIC/CVM nº 13, de 30 de dezembro de 2010	Revoga as Decisões Conjuntas nº 11, de 6 de novembro de 2007, e nº 12, de 7 de maio de 2008.	Revogações	<a href="#">Clique aqui.</a>
Portaria - Normas Correlatas	2017	Portaria MP nº 36, de 21 de dezembro de 2017	Regula as atribuições das empresas estatais federais, enquanto patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários, na supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC.	Contrato Previdenciário	<a href="#">Clique aqui.</a>